

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
30 de outubro de 2020 - Nº 715 - www.sindipetrocaxias.org.br



ÚLTIMOS DIAS PARA VOCÊ ESCOLHER A NOVA TABELA DE TURNO PARA REDUC E UTE-GLB

Desde segunda-feira, 26, os petroleiros e petroleiras estão votando para as novas Tabelas de 8h e 12h.

Não deixe para a última hora! A votação segue até domingo, 01/11, às 23h59. Caso ainda restem dúvidas sobre a escolha da Tabela você pode assistir a playlist com nossas especialistas no canal do Sindipetro Caxias no youtube ou em nosso site. Lá tem uma análise completa feita pela Dra. Leda Leal, especialista em saúde do trabalhador.

Para votar, acesse <http://sindipetrocaxias.org.br/votacao-das-tabelas-de-turno/>

Para conhecer as tabelas, acesse:

Acesse a tabela de **8h** através do botão abaixo

Clique aqui

Acesse a tabela de **12h** através do botão abaixo

Clique aqui

Terminado o período de votação, a direção do Sindipetro Caxias irá contabilizar os votos e divulgará para toda a categoria em data a ser definida. Caso alguma das tabelas não alcance 50% dos votos haverá segundo turno. Por isso, convocamos os petroleiros e petroleiras que ainda não realizaram o cadastramento junto à secretaria para participar das votações virtuais.

Lembramos que a votação está ocorrendo de forma virtual devido à pandemia do COVID-19.

Cadastramento permanente

Se você ainda não conseguiu realizar seu cadastro para participar das votações virtuais do Sindicato, você pode fazer a qualquer momento. Basta entrar em contato com o telefone da secretaria (21)99439-9198 ou (21)99439-2680 e apresentar a documentação soli-

citada. Este cadastro garante sua participação nas votações futuras.

Esta é apenas a primeira etapa de votação da Tabela de Turno, então é importante quem ainda não se cadastrou realizar o cadastramento para estar apto para a próxima etapa.

Para participar não é necessário ser filiado ao Sindipetro Caxias, mas caso haja interesse em participar basta baixar e preencher a ficha de filiação e encaminhar para nossa secretaria pelo whatsapp (21)99439-9198.

POR QUE VOTAR EM DUAS TABELAS, DE 8H E 12H?

Uma das explicações jurídicas pra votação em duas tabelas é que no dissídio coletivo do Tribunal Superior do Trabalho decorrente da última greve de fevereiro/20, os petroleiros votariam em uma tabela de 8h. Sendo assim, o Sindipetro Caxias está cumprindo a parte dos trabalhadores na negociação e escolhendo uma tabela nesse regime. Além disso, quando a Petrobrás abriu a possibilidade dos trabalhadores escolherem uma tabela no turno de 12h, (após a imposição da própria empresa da nova jornada, tendo em vista a pandemia do Coronavírus) a primeira proposta na minuta apresentada pela Petrobrás ao sindicato, que já foi rejeitada, a empresa elaborou uma cláusula informando que em caso de denúncia do Acordo Coletivo alegando a ilegalidade dessa jornada, os trabalhadores iriam imediatamente para o re-

gime de 8h. Mas em qual tabela? Aque-la imposta unilateralmente em fevereiro?

Para evitar essa possível situação de imposição, os trabalhadores já estão votando numa tabela que pode funcionar como uma "tabela reserva" caso o regime de 12h seja o preferido dos trabalhadores.

Independente disso, as duas tabelas escolhidas serão confrontadas e os trabalhadores poderão escolher em que regime irão trabalhar.

[Assista aqui](#) o vídeo da Dr^a Roberta, assessora jurídica do Sindipetro Caxias, onde ela fala sobre esse assunto.

Assista também a live sobre as questões jurídicas envolvendo a tabela de 12h [aqui](#).

Tabela de turno: como anda a negociação?

Após pressão da FUP e dos sindicatos, a Petrobrás apresentou no último dia 26 uma nova redação para o acordo da tabela de turno. A empresa havia enviado anteriormente uma minuta repleta de armadilhas, inclusive, a imposição para que os trabalhadores renunciassem às ações judiciais de cobrança dos passivos trabalhistas relativos às tabelas anteriores. Como se não bastasse, na minuta também constava a exigência absurda para que os sindicatos intercedessem a favor da Petrobrás nas ações judiciais movidas pelos trabalhadores.

No dia 16 de outubro, a FUP e os sindicatos tiveram uma reunião com a empresa, onde deixaram claro que os condicionantes da minuta são inaceitáveis. Também questionaram outros pontos problemáticos, como gestão de efetivos e a qualidade e a quantidade das refeições fornecidas aos trabalhadores em turno de 12 horas. As representações sindicais enfatizaram que jamais assinariam um acordo com as imposições absurdas feitas pela empresa.

Na segunda-feira, dia 26, a Petrobrás apresen-

tou outra minuta para o acordo da tabela de turno, com algumas alterações, como por exemplo uma cláusula onde garante as quantidades de refeições necessárias para atender os trabalhadores nas bases que optarem pela tabela de 12 horas, seguindo os padrões nutricionais e de qualidade adotados pela empresa.

O Conselho Deliberativo da FUP avaliou a nova minuta apresentada pela Petrobrás e orientou que os sindicatos discutam com os trabalhadores as mudanças feitas no documento para que a categoria decida se aceita ou não os termos propostos pela empresa para a nova tabela de turno.

[> Acesse aqui a minuta da Petrobrás que foi questionada pela FUP](#)

[> Acesse aqui a nova minuta apresentada pela empresa no dia 26/10](#)

[adaptado da imprensa da FUP]

Malandragem e submissão, Petrobrás quer dar migué no povo

O jornal Valor Econômico revelou esta semana que a Petrobrás luta para esconder seus acordos firmados com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. “A Petrobras adotou uma estratégia jurídica inédita para tentar se livrar de compartilhar a íntegra dos acordos celebrados com as autoridades de Justiça dos Estados Unidos (EUA). Pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Corte lhe dê tratamento semelhante ao conferido às embaixadas estrangeiras localizadas no Brasil, imunes a decisões proferidas pelo poder Judiciário”, aponta reportagem do Valor.

Caso a empresa brasileira ganhe esse status de embaixada, ela não precisará compartilhar documentos solicitados pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o que obrigou a empresa a pagar mais de US\$ 3 bilhões a investidores dos Estados Unidos. Com a operação Lava Jato, que teve como pano de fundo o ataque “à corrupção na Petrobrás”, todo o modelo de exploração de petróleo no

Brasil foi alterado, destruindo a cadeia de produção dos setores de óleo e gás no País e abrindo espaço para a entrega de poços do pré-sal e de refinarias brasileiras a empresas internacionais, o que talvez explique o sigilo.

A direção da Petrobrás, comandada por bolsonaristas, deixou patente que o único objetivo do pedido ao STF é não compartilhar os documentos com a defesa de Lula: a petição foi protocolada nos autos de um dos processos em que os advogados do ex-presidente requerem acesso aos documentos, os quais consideram essenciais para o exercício pleno do direito de defesa - tanto no caso do tríplex do Guarujá (SP), pelo qual o petista foi condenado, quanto no da ação que envolve a Odebrecht.

Para tentar arrancar da Corte o segredo inconstitucional, a direção da Petrobrás citou como precedente um habeas corpus de relatoria do ex-ministro Celso de Mello, julgado pela Segunda Turma dez anos atrás. Na ocasião, decidiu-se que o STF não

tinha poder para impor, às delegações diplomáticas estrangeiras sediadas no país o cumprimento de determinações judiciais, pois elas não estariam sujeitas à jurisdição do Estado brasileiro, informa a jornalista Luísa Martins. No entanto, a Petrobrás é uma empresa brasileira.

O fato de ser a Petrobrás uma empresa brasileira, por si mesmo óbvio, está no centro da argumentação da defesa de Lula. Para os advogados, a Petrobrás viola o princípio da boa-fé processual ao tentar equiparar a sua situação jurídica a de uma embaixada estrangeira, em uma analogia que “carece de seriedade”.

“A Petrobras é empresa brasileira e não uma embaixada, e, além disso, a petrolífera figura nas ações penais como assistente de acusação contra o reclamante [Lula] - de modo que deve arcar com o ônus inerente à posição por ela assumida voluntariamente”, argumentaram os advogados de Lula.

Fonte: Brasil 247



Envie “ADICIONAR” para

[21] 99663-9953

e receba no WhatsApp
notícias do Sindipetro Caxias.

**Faça consultas sobre
processos e situações de ações
direto pelo WhatsApp do Jurídico**

21 **99439-2680**

Estamos a disposição para auxiliá-lo!

FUP REPUDIA AÇÕES ANTISSINDICAIS DA PETROBRÁS CONTRA OS TRABALHADORES

O novo gerente da Refinaria Gabriel Passos, Regap, mal chegou e já puniu quatro diretores sindicais em 19 dias. A mais recente ocorreu nesta segunda-feira, dia 26, contra o diretor do Sindipetro/MG Cristiano Almeida.

Cristiano é técnico de laboratório da Regap e recebeu suspensão de 20 dias, imposta arbitrariamente pela gestão da Petrobrás. Dos punidos, dois são cipistas e foram suspensos sob alegações infundadas, por conta de suas atuações na CIPA. Os outros dois receberam punições por conta da greve de fevereiro, ou seja, oito meses após terem participado do movimento.

Com argumentações subjetivas, rasas e sem fundamento, as denúncias vindas da gerência geral foram seguidas de processos inquisitórios instaurados pela empresa. Os empregados não puderam gravar, nem ter cópia do relato ou das respostas e muito menos puderam levar testemunhas ou garantir a presença do sindicato.

Da mesma forma ocorreu com o diretor do Sindipetro Caxias, Luciano Santos. Que recebeu punição por exercer seu dever como representante sindical de fiscalizar e reivindicar maior segurança para os trabalhadores da REDUC.

Está claro para todos que a gerência bolsorista da Petrobrás está tentando intimidar os petroleiros e petroleiras, na tentativa de quebrar a resistência à privatização. A FUP e o Sindipetro Caxias reafirmam que os ataques individuais não derrubam resistências quando são construídas coletivamente.

A FUP já está se mobilizando para denunciar mais esse grave ataque contra as organizações sindicais, tanto no Ministério Público do Trabalho, quanto nos órgãos internacionais, como a OIT.



Reunião mensal de aposentados e pensionistas

Acontece nesta terça-feira, 03, nossa reunião mensal de aposentados e pensionistas.

Devido à pandemia do COVID-19, pensando na preservação da vidas dos associados e empregados do Sindipetro Caxias, a reunião permanece de forma virtual. Para participar envia ADICIONAR + Aposentado (ou Pensionista) para o

Whatsapp (21)99663-9953 e receba o link no dia.

A reunião é realizada via aplicativo ZOOM, e para participar você deve ter o aplicativo instalado em seu celular ou computador.

Para baixar, acesse www.zoom.us.

Terceirização na segurança nem começou e já dá sinais de fracasso

O desprezo à vida virou regra para os gestores da Petrobrás. Vale tudo, absolutamente tudo, para deixar as refinarias sucateadas e, portanto, mais suscetíveis à privatização.

O que está para acontecer nos setores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) das unidades colocadas à venda revelam a profunda irresponsabilidade daqueles que estão no comando da maior empresa da América Latina.

Refinarias de petróleo são locais de altíssimo risco para se trabalhar, pois processam milhões de litros de produtos inflamáveis por dia. Por óbvio, as equipes de empregados responsáveis por atuar em situações de emergência devem ter amplo conhecimento da área e treinamento adequado. Entretanto, a atual gestão da Petrobrás não pensa dessa forma.

Ao longo dos seus 43 anos de atividade, a Repar passou por várias ocorrências emergenciais que só não tomaram proporções maiores devido à atuação em conjunto da uma equipe experiente de segurança com os integrantes da EOR (Estrutura Organizacional de Resposta). O setor de segurança e a equipe de combate às emergências sempre foram formados por trabalhadores do efetivo próprio, e necessitam de melhores condições de treinamento e efetivo para que possam ser consideradas adequadas, mas ocorre justamente o inverso com o desmonte da SMS.

Agora, com o processo de sucateamento pelo qual a unidade passa (o mesmo ocorre com a Usina do Xisto – SIX), a fim de facilitar sua venda, tudo mudou. Segurança industrial virou coisa supérflua na cabeça dos gestores, uma vez que resolveram terceirizar o setor para reduzir a folha de pagamento. Substituem, sem nenhum pudor, empregados com muitos anos de experiência por pessoas que passam apenas por um treinamento relâmpago.

A Repar tem capacidade instalada para processar 33 mil m³ de petróleo por dia, em uma área física total de 10 milhões de m². Para isso, conta com cinco técnicos de segurança (TS) próprios por turno. Parece pouco, não é? Não para os gestores. O plano de terceirização do setor de segurança reduz para dois o número de TS's próprios por período (1 supervisor e 1 subordinado) e indica a contratação de três bombeiros civis.

O Sindipetro PR e SC questionou a gestão da Repar sobre os riscos de terceirizar um setor tão importante para a segurança dos trabalhadores, da comunidade do entorno e dos equipamentos, mas só obteve respostas evasivas. Um processo atabalhado, feito às pressas e sem respostas adequadas sobre temas cruciais, como plano de treinamento, futuro dos técnicos do setor e a segurança da refinaria.

Cabe ainda ressaltar que o Sindicato há tempos demonstra publicamente a preocupação com a redução do efetivo de trabalhadores da Repar. Desde 2017, quando foi implantada unilateralmente a metodologia de O&M (Organização e Método) na refinaria, o número de empregados próprios foi diminuído em 40%. Naquela época, um levantamento feito pelo Sindipetro junto aos empregados da Repar já apontava efetivo insuficiente.

Um dossiê que trata do efetivo da Repar foi apresentado na forma de denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e ainda está em trâmite.

A terceirização da segurança somada à drástica redução do efetivo não aponta para outra direção senão a de um acidente de grandes proporções sem a resposta emergencial adequada.

Em 2000, um acidente ampliado na Repar causou o vazamento de 4 milhões de litros de petróleo nos rios Barigui e Iguaçu. Naquela época a segurança também era negligenciada e aconteceu a tragédia. Custou muito caro para os cofres e também para a imagem da empresa o atendimento e reparo daquele acidente. As ações judiciais ainda estão em andamento somam mais de R\$ 1 Bilhão em multas e ressarcimentos. Parece que os gestores não aprenderam nada com aquele triste episódio e também não sabem fazer as contas de quanto custará um acidente de grande proporção. O risco das pessoas é imenso. O Sindicato continuará com as denúncias sobre todo esse descaso e torce muito para que nada grave aconteça.

**Não fique só,
fique sócio!**

*Clique
aqui*

Equipe de Combate às Emergências

Outro ponto de conflito entre a gestão da Repar e o Sindipetro PR e SC é a composição da equipe de combate às emergências. Por muito tempo a empresa bateu na tecla de que a participação dos empregados no grupo de brigadistas é obrigatória. O Sindicato, por sua vez, aponta que tal determinação não está prevista em contrato de trabalho, portanto a posição da companhia não se sustenta.

Para além desse debate, é plausível lembrar que em situação de emergência a equipe será liderada pelo motorista da viatura. Na nova realidade, a valer a partir de novembro ou dezembro, o chefe da equipe será o bombeiro civil terceirizado, sem treinamento adequado e sem amplo conhecimento da área. A pergunta que fica é “ficarão tranquilos os componentes da equipe sob tal subordinação?”

Com todo respeito aos bombeiros civis, o treinamento insuficiente para atuar em área industrial tão perigosa é alarmante. Durante exercício realizado na Repar nesta semana, um caminhão ficou pelo caminho. Vidas estarão em risco se isso acontecer em situação de atendimento à emergência.

Fonte: Sindipetro PR/SC

Questões de SMS da UTE-GLB

Já imaginou se você tivesse que comprar com dinheiro do seu bolso todo equipamento de proteção obrigatório para trabalhar? Pois esta foi a denúncia recebida pelo Sindipetro Caxias pelos petroleiros da Usina Termelétrica Governado Leonel Brizola, UTE-GLB.

Sem o fornecimento de luvas, óculos de proteção, botas e diversos itens de proteção individual, a gerência tem colocado os trabalhadores em risco dentro da fábrica, tendo que comprar seus próprios equipamentos para não sofrerem nenhum trauma durante as operações, um completo absurdo.

Conforme dispõe a NR-6, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, para evitar os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho com substituição imediata do EPI, quando danificado ou extraviado.

A direção do Sindipetro Caxias denunciará o gerente da planta aos órgãos responsáveis por colocar em risco a vida dos companheiros rasgando as normas regulamentadoras.

SINDICATO COBRA PAGAMENTO

de descontos do adicional de confinamento

A direção do Sindipetro Caxias solicitou ao RH da empresa que restabeleça o pagamento dos trabalhadores recém chegados à REDUC, vindos da Bacia de Campos que tiveram descontado o adicional de confinamento, o que acabou zerando os contracheques dos petroleiros no dia 25 deste mês. Os empregados sequer foram procurados pelo RH para informes sobre esses descontos que não geraram nenhum valor líquido na folha de pagamentos dos trabalhadores, afrontando o princípio de proteção ao salário

conforme Constituição Federal - cujo limite de desconto em folha de pagamento é até de até 30% sobre o vencimento líquido. Os companheiros que recebem o adicional de confinamento precisam ser indenizados pela sua perda ao passarem a trabalhar na REDUC conforme a lei. Apesar disso, o RH da empresa mais uma vez vem garfando os direitos e os salários de alguns dos trabalhadores sem o pagamento devido das indenizações. Afinal, qual é o critério alucinógeno do RH para indenizar uns e outros não?

O RH decidiu abraçar a política do governo Bolsonaro e debilitar ainda mais a vida financeira das famílias dos petroleiros. Dessa maneira, o sindicato solicita aos trabalhadores que procurem a entidade para o tratamento administrativo junto ao RH e com ações judiciais caso permaneçam sem o reembolso dos valores subtraídos pelo RH da companhia. Você deve entrar em contato com o jurídico pelo número (21)99439-2680 de segunda a sexta feira, entre 9 e 18h.